



ATA DA XVII REUNIÃO ORDINÁRIA

1º de julho de 2010

No primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dez, no Auditório do Anexo do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi realizada a XVII Reunião da Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta do dia: 1. 9h - Abertura, Aprovação da Ata da XVI Plenária e da Pauta da XVII Plenária, Informes. Participação da Secretária Geral do CONSEA - Ministra Márcia Lopes. 2. 9h45 - Apresentação da Campanha 1 billion hungry - José Graziano da Silva - Representante Regional da FAO para a América Latina e Caribe. 3. 10h15 - Saudação de representante da Missão ao Brasil de CONSEAs da América Latina. 4. 10h30 - O Orçamento Federal da Segurança Alimentar e Nutricional - Avaliação da Execução Orçamentária de 2010 e propostas ao orçamento de 2011, 4.1 Introdução ao debate - Secretaria do CONSEA, 4.2 Apresentação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre as diretrizes para o Orçamento da União em 2011, 4.3 Encaminhamentos das Instâncias, 4.4 Debate e Encaminhamentos Finais. INTERVALO ALMOÇO - 12:30 às 14:00. 5. 14h - Apresentação do Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena e das Políticas Públicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas, 5.1 Apresentação dos Resultados do Inquérito, 5.2 Apresentação dos órgãos federais articulados pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, 5.3 Apresentação e encaminhamentos da CP 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, 5.4 Debate e Encaminhamentos Finais. 6. 16h30 - Encaminhamentos das instâncias. 7. 17h30 – Encerramento. Composição da 1ª Mesa: Renato Maluf e Carmem Priscila Bocchi - respectivamente, Presidente e Coordenadora da Secretaria Executiva do CONSEA Nacional, Onaur Ruano - representante da Ministra Márcia Lopes e José Graziano da Silva - Representante Regional da FAO para a América Latina e Caribe. 9h - Abertura, Aprovação da Ata da XVI Plenária e da Pauta da XVII Plenária, Informes. Participação da Secretária Geral do CONSEA - Ministra Márcia Lopes. O Presidente do CONSEA Nacional, Renato Maluf, deu por aberta a Sessão, cumprimentando os presentes e dando boas-vindas a todos. Justificou a ausência da Ministra Márcia Lopes, nesta reunião, por estar em viagem. Anunciou a presença da delegação hispano-americana, composta por cerca de 30 participantes, de Governo e Sociedade Civil, que atuam em espaços análogos ao CONSEA, nos seus diversos países. A Ata da XVI Plenária e a Pauta desta Plenária foram aprovadas, por unanimidade, conforme apresentadas. A palavra foi franqueada a Onaur Ruano, que falou da alegria de retornar ao MDS e CONSEA, e nesta reunião, representar o Ministério Interino. Lamentou o ocorrido nos Estados e Alagoas e Pernambuco, devido às fortes chuvas lá ocorridas, e mencionou as ações do Governo Federal e Estadual no socorro àqueles Estados. Informou as diversas ações sobre a construção do texto de Decreto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, processo iniciado em 2009. Anunciou que dia 19 de julho/2010 será realizada a Oficina da Política Nacional de SAN; dia 26 será apreciada e provavelmente aprovado o



texto final do Decreto, pela Consultoria Jurídica do MDS; dia 28 haverá reunião da CAISAN, para aprovação do texto final do Decreto; em seguida, acontecerá a tramitação do mesmo, na Casa Civil; dia 25 de agosto/2010, ocorrerá a Plenária do CONSEA, com a presença do Presidente Lula, que, em ato solene, assinará o Decreto que institui a PNSAN. Seguiram-se Informes da Plenária: 1) Kathleen S. Oliveira (CGPAN): a) Agradeceu ao CONSEA e à Conselheira Silvia Rigon, pela parceria e apoio ao Seminário Nacional da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, realizado em junho/2010. b) Informou que será construído um texto que, até setembro/2010, entrará em Consulta Pública, considerando as recomendações do Seminário Nacional. c) Anunciou que foi publicada a Resolução-RDC No- 24, de 15 de junho de 2010, que dispõe sobre as novas regras de publicidade e promoção comercial de alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans, sódio, de bebidas com baixo teor nutricional; que também contou com o apoio do CONSEA junto à ANVISA. 2) Renato Maluf: a) Anunciou a publicação do Seminário de Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação, realizado em 2009, e disponível aos interessados. b) O Grupo de Trabalho responsável pela organização da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional já se reuniu duas vezes e está elaborando uma proposta de formato da IV Conferência, que será encaminhada à Mesa Diretiva do CONSEA. Foi proposto à Ministra Márcia Lopes o envio de ofício aos Governos Estaduais e Presidentes de CONSEAs Estaduais, informando que a realização da IV Conferência será em 2011, para que já tomem providências orçamentárias e logísticas relativas às Conferências Municipais e Estaduais. O local de realização será ainda selecionado através de projetos enviados pelos Estados interessados em sediar a Conferência, tendo como um dos critérios de escolha o efetivo envolvimento do Estado respectivo na construção do Sistema Nacional de SAN. c) Foi revisado o cronograma de atividades do CONSEA. d) Quanto ao Seminário Indicadores, Renato Maluf informou que será feito um relatório sobre Promoção do Direito Humano à Alimentação, com base na metodologia elaborada pelo GT Indicadores de Monitoramento. O relatório deverá estar pronto na Semana Mundial da Alimentação, em outubro. Nos dias 11 e 12 de agosto/2010 haverá uma oficina para debater uma versão preliminar do relatório. 3) José de Ribamar Araújo anunciou que nos dias 30 de novembro e 1º e 02 de dezembro/2010, a Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais realizará um encontro para debater a temática específica e preparatório da IV Conferência. Seguiu-se com a pauta: Apresentação do Item 2. 9h45 - Apresentação da Campanha 1 billion hungry - José Graziano da Silva, Representante Regional da FAO para a América Latina e Caribe, informou que neste dia, em Nova York – EUA, Antônio Prado, Diretor-Adjunto da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, estará lançando o Balanço das Metas do Milênio e suas Perspectivas. Declarou que a primeira Meta do Milênio, segundo ele, sem a qual nenhuma das outras seria viável, é a mais importante, pois é o tema da redução e erradicação da fome e subnutrição no mundo. E infelizmente a única região do mundo que poderia cumprir essa meta está retrocedendo desde a crise dos preços dos alimentos de 2006, que é a América Latina. Seguiu dando um panorama da Situação atual e perspectivas da segurança alimentar e nutricional na Região. De todos os Países da América Latina, o Brasil foi o único que conseguiu gerar empregos durante o período de crise. Em relação ao mundo, os Países do Mercosul foram os que tiveram melhor desempenho comercial. Duas informações importantes: Uma, os índices de custo de vida, na maior parte dos países latino-americanos,



estão o dobro do custo da cesta-básica de outros países. Outra, a queda de preços, em nível internacional, não se transmite internamente nesses países, posto que se conservam as margens de lucro dos estoques de alimentos, impedindo que a queda de preço chegue ao consumidor, provocando a inflação dos alimentos. Assim, segundo a CEPAL, a pobreza, que vinha diminuindo, agora sobe tanto em percentagem como em número de pessoas. Para explicar os números apresentados, o palestrante disse que o agravante é que há uma desnutrição crônica nas crianças da América Latina, e que os países que têm maiores gastos públicos são os que têm menores proporções de desnutrição infantil; em contrapartida, os países que gastam menos são os que têm os maiores índices de desnutrição infantil. Isso tem a ver muito com o sistema tributário dos países, segundo Graziano. Outra razão importante que causa o retrocesso é que esses países não têm institucionalidade para o tema da Segurança Alimentar. Não só tem havido a crise dos preços, o desafio da Segurança Alimentar e a crise financeira (que impacta no crescimento e no emprego), mas também as crises decorrentes das mudanças climáticas (ocorridas com mais frequência). Como boa notícia, o palestrante anunciou que há situações de reativação dos mercados de trabalho, contudo, segundo estudo da CEPAL, na última crise ocorrida, a América Latina levou 24 anos para recuperar os níveis de indicadores sociais similares prévios à crise e levou 12 anos para recuperar os índices econômicos. Ou seja, a economia se recupera muito mais rápido que os indicadores sociais. Outra preocupação da FAO é que toda a recuperação comercial da América Latina, em particular dos países do Mercosul, e também o Brasil, está assentada na soja e seus derivados. Através da Iniciativa América Latina Sem Fome, a FAO está fazendo um grande esforço para criar institucionalidades do tema da Segurança Alimentar na região, além de ajudar os países com outros programas como o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos ligado à merenda escolar. Anunciou que a FAO tem uma Frente Parlamentar, que está procurando criar leis nos países que recuperem o direito à alimentação como princípio fundamental e direito. Além da campanha The 1 Billion Hungry Project. O Item seguinte foi o 3. 10h15 - Saudação de representante da Missão ao Brasil de CONSEAs da América Latina. O Senhor Rodrigo Castañeda, representante da FAO, usou da palavra, e fez o lançamento da campanha, no Brasil, na Plenária do CONSEA. Está campanha tem o objetivo de chamar atenção dos poderosos para o problema da fome no mundo. Na sequência, houve um grande apitaco e agitação de bandeirolas do Brasil. Seguiu-se uma fala da Plenária a respeito do tema exposto e da campanha. A palavra voltou à Mesa, e o Sr. José Graziano da Silva se manifestou: 1) Quanto à fala do Professor Malaquias Batista Filho informou que dos 30 bilhões prometidos pelos Países ricos aos Países pobres, por conta da crise econômica mundial, menos de 3 bilhões efetivamente foram gastos no combate à fome nesse períodos. 2) Sobre a participação social, estão sendo elaboradas leis na região, contudo, só as leis não são suficientes, não só pela falta de recursos em alguns países, como também da péssima distribuição de renda, um péssimo sistema de arrecadação tributária e dificuldades das organizações sociais impulsionarem o tema da Segurança Alimentar. 3) Agradeceu ao COEP - Rede Nacional de Mobilização Social pelo empenho na mobilização de arrecadação de assinaturas na campanha The 1 Billion Hungry Project A delegação estrangeira e o Sr. José Graziano se ausentaram da Plenária para cumprir outros compromissos no Brasil. Onaur Ruano também se ausentou para cumprir outras agendas com o Ministro Interino do MDS, Rômulo Paes. Composição da 2ª Mesa: Renato Maluf,



Carmem Priscila Bocchi Crispim Moreira - SESAN/MDS, José Geraldo França Diniz - Diretor de Programas Sociais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Item 4. 10h30 - O Orçamento Federal da Segurança Alimentar e Nutricional - Avaliação da Execução Orçamentária de 2010 e propostas ao orçamento de 2011. 4.1 Introdução ao debate - Secretaria do CONSEA - Renato Maluf deu um panorama geral do tema em pauta: O CONSEA, em 2003, iniciou um trabalho de construção da metodologia de acompanhamento e monitoramento dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional, culminando no que foi definido de Orçamento de Segurança Alimentar e Nutricional, um instrumento construído conjuntamente sociedade civil e Governo. Nesta reunião foram debatidas propostas para o orçamento 2011. 4.2 Apresentação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre as diretrizes para o Orçamento da União em 2011 - José Geraldo França Diniz apresentou as perspectivas para o PLOA 2011. Relatou como é feito o processo de elaboração orçamentária: É enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde constam parâmetros de crescimento do PIB – Produto Interno Bruto, do valor do salário mínimo e outros. Segundo José Geraldo, a proposta do PLOA/2001 foi apresentada à Junta de Execução Orçamentária, que depois da análise feita constatou-se haver um déficit de R\$ 16 bilhões de Reais. Contudo, as alternativas apresentadas à Junta foram um corte de R\$ 4 bilhões reais, em pessoal (previsões de concursos, novas contratações) e para o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento mais o Minha Casa Minha Vida estimado para 2011, que estava avaliado em R\$ 63 bilhões de reais, teve um corte de R\$ 20 bilhões. Informou que a arrecadação de 2010, das receitas administradas do Tesouro Nacional, estava prevista em R\$ 526 bilhões, mas tiveram que ser reestimadas para R\$ 631 bilhões de reais para poderem ser atendidas as despesas obrigatórias. Diante da situação apresentada, José Geraldo alertou que não se pode continuar criando despesas sem indicar como elas serão financiadas. Anunciou ainda que no dia 30 de junho/2010 foram distribuídos os limites para os Órgãos, e que haverá reuniões com os mesmos para reavaliação de suas Receitas e estabelecimento de prioridades. Posteriormente a isso, os projetos serão apresentados ao Presidente da República. Dentro do cenário apresentado, Saúde, Educação e Assistência Social, estão preservadas. As maiores dificuldades são para os demais Órgãos. Aconselhou ao CONSEA apresentar suas demandas no momento da priorização por parte dos Órgãos. 4.3 Encaminhamentos das Instâncias: 1) Comissão Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do Sisan / Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional - Marília Mendonça Leão anunciou que houve uma discussão produtiva sobre Orçamento, nas CPs, que dedicaram maior parte do seu tempo para tratar o tema. A análise feita será entregue à Secretaria Executiva do CONSEA. Na reunião das Comissões, além da discussão sobre os números, foram avaliadas as ações do Projeto, e sugeridos aperfeiçoamentos nos instrumentos e políticas públicas. Segundo as Comissões, a Segurança Alimentar e Nutricional requer gestão intersetorial. Marília Leão salientou que o Programa Bolsa Família trabalha com expectativas de que a Educação e a Saúde colaborem na execução do Programa, garantindo os direitos das famílias à Educação e à Saúde, contudo, não se tem recursos específicos para isso nos programas. Por isso, pensar em aperfeiçoamento das políticas públicas fundamentais de SAN com ações orçamentárias intersetoriais é muito importante. Outra questão discutida na reunião das CPs foi o PNAE - Programa Nacional de Alimentação



Escolar. O CONSEA vem acompanhando a preparação de orçamentos e vem defendendo aumentos ao Programa, e a execução parece que está bem adequada. Contudo, é necessário que o CONSEA reforce a ideia de um crédito suplementar de R\$ 1 bilhão de Reais ao Programa, que, segundo o FNDE - Fundo Nacional De Desenvolvimento da Educação já está negociado politicamente. A Conselheira falou da importância de o CONSEA se pronunciar a respeito. José Geraldo informou que o pedido de crédito suplementar de R\$ 1 bilhão de Reais já está na Secretaria de Orçamento e Gestão. Tantas outras discussões e sugestões foram apresentadas pelas duas Comissões como: O PNAE alocar recursos para a educação alimentar e nutricional, e figurar na peça orçamentária como Programa Nacional de Alimentação Escolar; CGPAN - Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, os recursos de R\$ 38 milhões para este ano não são suficientes para a demanda colocada pela PNAN; SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, presente em todos os municípios, tem a necessidade de aumentar os recursos da educação alimentar e nutricional e capacitar os profissionais; Programa Alimentação Saudável do Ministério da Saúde, extinto, retorne como Programa; Os Programas do MDS também foram tratados nas CPs. O relatório das Comissões servirá de subsídios para elaboração da Exposição de Motivos do CONSEA. 2) Grupo de Trabalho Abastecimento - Carmem Priscila Bocchi informou que o GT analisou alguns programas e ações, como PAA, ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural e os programas da CONAB relacionados ao Programa Abastecimento Agroalimentar. Informou que a Secretaria Executiva do CONSEA organizará dois movimentos em relação ao Orçamento: uma medida de reivindicação de suplementações e descontingenciamentos para 2010 e fará discussão sobre o orçamento de 2011. Outra questão tratada foram os recursos do PNAE. José Geraldo esclareceu que nos últimos três anos, incluindo 2010, não houve revisão do PAA. E que só pode ser incluída uma ação que tenha caráter de plurianualidade através de um crédito especial. Para 2011, disse que está sendo elaborado um novo Plano para um novo período de Governo, momento em que será possível inserir novas ações no PAA e rever as que estão lá. Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, Priscila informou que ele é executado pelo MDA, MDS e CONAB, contudo, os recursos são provenientes do MDA e MDS. O orçamento do PAA do MDS está em R\$ 725 milhões Reais, e atende 120 mil agricultores, mas tem-se que expandir muito mais, visto que o Senso mostra que são em torno de 4 milhões de agricultores familiares. Os Movimentos Sociais reivindicam que os recursos do PAA sejam em torno de R\$ 2 bilhões de Reais (sem contar o PAA do PNAE), mas que já está defasado. A reivindicação seria R\$ 2 bilhões para o PAA operado pelo MDS. No caso do PAA executado pelo MDA, a reivindicação é que ocorra um descontingenciamento de todos os recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário para 2010. Em relação à Assistência Técnica e Extensão Rural, programa executado pelo MDA, a discussão ficou em torno de se poderia ocorrer cortes também do orçamento se os recursos não forem descontingenciados. Foi levantada a possibilidade de mudança da legislação da ATER. Priscila informou que o Ministro do MDA, Guilherme Cassel, anunciou, no Plano Safra, que 20% dos recursos da PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos serão destinados à Agricultura Familiar. 3) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento - Gleyse Maria Couto Peiter informou que para a Primeira Água (construção das cisternas), o orçamento de R\$ 45 milhões de Reais para 2010, está sendo



executado; foi solicitado R\$ 210 milhões de Reais para 2011, sendo 160 para ASA - Articulação no Semi-Árido Brasileiro, R\$ 28 milhões de Reais para os Estados e R\$ 22 milhões de Reais para os Municípios. Para a Segunda Água, o orçamento também está sendo executado; para 2011, foi proposto um orçamento de R\$ 100 milhões de Reais. Quanto ao Programa da Agrobiodiversidade, informou que existe um Plano Nacional para o Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade, que já vem sendo desenvolvido. Sobre o Programa da Agrobiodiversidade, foi sugerido se fazer uma consulta ao Ministério do Meio Ambiente, como coordenador do Programa, sobre a execução orçamentária do mesmo, e solicitou maior articulação com a Associação Nacional de Agroecologia, no sentido de discutir melhor como estão sendo conduzidos os Programas de Conservação e Manejo da Agrobiodiversidade e o que está sendo pensado para 2011. Ao mesmo tempo, fazer uma consulta semelhante à CAISAN, como interlocutora, entendendo que este é um Programa intersetorial. Propôs ao CONSEA fazer a discussão sobre o Plano Nacional de Promoção de Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade. Gleyse Peiter anunciou que será realizado um seminário, em agosto/2010, quando se espera ter as respostas apresentadas sobre a execução do orçamento, intencionando aprofundar a discussão do Plano e trazê-la ao CONSEA. A Conselheira Maria Emília Pacheco fez uso da palavra para reforçar o já dito por Gleyse Peiter, no sentido das ações de execução do Programa Cadeia dos Produtos da Sociobiodiversidade e do Programa Nacional da Agrobiodiversidade. Paulo Guilherme, representante do Ministério do Meio Ambiente, se explicou dizendo que não é Coordenador do Programa citado. Contudo, vê a necessidade da interação das informações pelos diversos setores envolvidos. 4) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada (*Não se posicionou*) 5) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais - Virginia Lunalva Miranda de Sousa Almeida informou que o relatório detalhado será enviado à Secretaria Executiva do CONSEA Nacional. A Comissão propôs que a Proposta 2792 (Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos) migrasse das CP1+3 para a CPs 5 e 6, e aumente o valor para R\$ 133 bilhões e 550 mil; Proposta 8457 (Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais) seja incluída na CP5, e aumente o valor para R\$ 12 milhões de Reais; a Proposta 2001.6087.6060 volte a ter o orçamento de 2008; a Proposta 1642 (INCRA - Reconhecimento, Demarcação e Titulação das Áreas Remanescentes de Quilombo) mude a nomenclatura de Comunidade Titulada para a Portaria de Reconhecimento e aumente o orçamento para R\$ 15 milhões de Reais. A Conselheira Ana Lúcia Pereira complementou a fala de Virginia Lunalva, informando que houve uma discussão sobre os povos e comunidades tradicionais e outros, como o PAA e ATER. Falou da necessidade de capacitar os agricultores e ter um orçamento específico para a Ação 1145 (Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais). Informou que a Ação da Carteira Indígena está sendo ampliada para os povos e comunidades tradicionais. A Conselheira Regina Miranda propôs que o orçamento do Programa da Atenção Básica em Saúde do Ministério da Saúde seja pauta das CPs1+3 e CP5. 5) Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas - Valéria Payé informou que o Orçamento foi revisto baseado no Inquérito Indígena. Registrou a dificuldade de inserir a FUNAI - Fundação Nacional do Índio nesse debate, no CONSEA, e que essa dificuldade deve ser apresentada à CAISAN, para que esta convoque a FUNAI para tratar do tema. Foi proposto ao Programa 1049 (Ação e Promoção de



Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais) o valor de R\$ 20 milhões de Reais para atender os povos ali elencados, sendo que R\$ 9 milhões de Reais são para os povos indígenas. Quanto à ATER para os povos indígenas, segundo Valéria, esse tem sido o grande gargalo das atividades e ações destinadas aos povos indígenas, portanto, está sendo pedido para esta Ação, R\$ 8 milhões de Reais. A Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, ação executada pela FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, e que, segundo a CP6, as instâncias governamentais não dão importância. Foi sugerido pedir R\$ 10 milhões de Reais para essa ação. Para a ação Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas, está sendo planejada a construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental, e está sendo pedido, para reforçar esse item, R\$ 8 milhões de Reais. A ação Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas, executada pela FUNAI, não tem sido prioridade no Órgão. A Proteção Social dos Povos Indígenas, há oito anos está sendo discutida pelo CONSEA e só agora a FUNAI incorporou o assunto em sua pauta. Está sendo sugerido para essa ação R\$ 80 milhões de Reais. Conservação, Manejo e Uso Sustentável de Agrobiodiversidade, é uma ação do MMA, executada pela Embrapa. A Conselheira lamentou que os povos indígenas não conseguem ver os resultados dessa ação com relação a eles. Sugeriu ao CONSEA convidar a Embrapa para explicar como esses recursos estão sendo utilizados.

4.4 Debate e Encaminhamentos Finais: Os relatórios apresentados se converterão em Exposição de Motivos do CONSEA, sendo incorporadas nesta as proposições que não foram contestadas pelo Plenário. Seguiu-se, então, manifestação pela Plenária. Após a Plenária se manifestar, José Geraldo França Diniz retomou a palavra e reforçou a importância do controle social sobre os orçamentos participativos. Na sequência, Crispim Moreira falou da necessidade de se pensar sobre a dificuldade de execução orçamentária por parte dos Órgãos. Sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar, que está em curso, Crispim Moreira informou que a CAISAN fará uma reunião ordinária, no dia 28 de julho/2010, para aprovar a minuta de Decreto que está construída em parceria com o CONSEA, Mesa Diretiva e CAISAN. Mencionou também a necessidade de se dirigir estratégias para uma transformação no financiamento público da Política Nacional. Sugeriu que para a Reunião da CAISAN, no dia 28, seja discutida a execução do Orçamento.

Encaminhamentos Finais: i) Não houve contestação às propostas apresentadas pelas Comissões. Assim, os relatórios, após revisados pelas CPs, serão incorporados à Exposição de Motivos. ii) Farão parte dos Considerandos da Exposição de Motivos as recomendações feitas pela Plenária, como a que a CAISAN deva se debruçar sobre a Exposição de Motivos tão logo ela esteja disponível, para analisar a Política Nacional. iii) Quanto ao contingenciamento dos recursos do MDA, o CONSEA se manifestará a respeito.

Intervalo Almoço - 12:30 às 14:00. A reunião reiniciou, na parte da tarde, com o relato, pelo Conselheiro Pedro Makumbundu Kitoko, dos Termos de Parceria que a Presidência do CONSEA, após ouvida a Mesa Diretiva, deu parecer favorável, *Ad referendum* da Plenária: i) *Termo de Parceria entre a CONAB e o Núcleo de Estudos e Assessoramento - NEA para ampliação do PAA em comunidades atingidas por barragens*; ii) *Termo de Parceria entre a CONAB e Comitê de Ação pela Cidadania - CACI para fortalecer estratégias de acesso à políticas públicas de comercialização de alimentos em assentamentos da reforma agrária*; iii) *Termo de Parceria entre a CONAB e a Associação Programa Um Milhão de Cisternas – APIMC para realização de eventos de avaliação do PAA - irradiação de experiências de ATER e pré-*



projeto de pesquisa sobre os Programas P1MC e P1MC+2; iv) *Termo de Parceria entre a CONAB e a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH*, para a realização de pesquisa avaliativa sobre a compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. A Mesa Diretiva apresentou duas condições para que os Termos tivessem pareceres favoráveis: i) O CONSEA seja incluído na Comissão que vai avaliar os quatro Termos de Parceria; ii) Os resultados desses Termos de Parceria sejam retornados ao CONSEA em algum momento de seu desenvolvimento. Encaminhamento: A decisão *Ad referendum* da Presidência foi ratificada pela Plenária. Passaram a compor a Plenária os convidados hispano-americanos. Composição da 3ª Mesa: Renato Maluf e Carmem Priscila Bocchi, Ricardo Ventura Santos - ENSP e UFRJ, Rômulo Henrique da Cruz - Coordenador Geral de Atenção à Saúde Indígena da FUNASA, Valéria Payé – CP6, Lilia Galeiti – Ministério do Meio Ambiente, Crispim Moreira e Márcio Meira - Presidente da Fundação Nacional do Índio. Foi tratado o Item 5. 14h - Apresentação do Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena e das Políticas Públicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas. 5.1 Apresentação dos Resultados do Inquérito; 1) Rômulo Henrique da Cruz, Coordenador Geral de Atenção à Saúde Indígena da FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, apresentou um panorama de como está a saúde indígena, no Brasil, a partir dos dados do Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas. Anunciou que há dez anos, a saúde indígena é tratada pela FUNASA. Salientou que uma questão a ser reforçada é a da mortalidade infantil, posto que esta impacta diretamente na Segurança Alimentar. Informou que a mortalidade infantil, hoje está na faixa de 44 para cada 1000 habitantes indígenas. A FUNASA tem como missão realizar ações de saneamento ambiental em todos os municípios brasileiros e de atenção integral à saúde indígena, promovendo a saúde pública e a inclusão social, com excelência de gestão, em consonância com o SUS e com as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Destacou a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, regulamentada pela Portaria/MS nº 254, de 31 de janeiro de 2002. Apresentou os números da distribuição da população indígena brasileira, que é em torno de 560.000, sendo 51% homens, 45% Região Norte, 24 Estados, 444 Municípios, 615 Terras Indígenas, em uma área de 107 milhões de hectares, ou seja, 12,6% do território nacional, 200 etnias, 4.730 aldeias e mais de 170 línguas. A atenção básica prestada pela FUNASA, nas aldeias, quando extrapoladas às condições da equipe multidisciplinar, é encaminhada para a média e alta complexidade através das Coordenações Regionais. O controle social é baseado no modelo que utiliza a participação do usuário como parte integrante do processo de construção da Política. Quanto aos aspectos epidemiológicos, a redução na taxa de mortalidade infantil indígena 2000-2008 caiu de 74.6 para 44.3%. A cura da tuberculose, em populações indígenas é superior à própria população nacional, estando acima de 80%. A cobertura vacinal é considerada da maior relevância, tanto que a vacinação contra a Gripe H1N1, a FUNASA conseguiu que todos os seus distritos alcançassem a meta preconizada. A diversidade de meios de acesso às populações indígenas também é muito importante. O palestrante relatou as diversas ações na área de Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, como as diversas parcerias realizadas. Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas teve o financiamento do Projeto Vigisus II em parceria com a FUNASA e Banco Mundial; foi executado pela ABRASCO (Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde) & Institute of Ibero-American Studies, Goteborg University, Suécia,



nos anos de 2008 e 2009, tendo como objetivo descrever a situação alimentar e nutricional e seus fatores determinantes em crianças indígenas menores de 5 anos e em mulheres indígenas de 14 a 49 anos no Brasil. O Inquérito observou a caracterização demográfica, sócio-econômica e ambiental das comunidades, por região geográfica; o estado nutricional de crianças indígenas menores de 5 anos; o estado nutricional de mulheres indígenas de 14 a 49 anos; o levantamento das práticas alimentares (incluindo aleitamento materno, produção de alimentos para consumo, alimentos introduzidos, preparo de alimentos, entre outros). A expectativa é que os resultados do Inquérito forneçam, pela primeira vez, um retrato da situação da população indígena brasileira, em especial das mulheres de 14 a 49 anos e das crianças menores de 5 anos; os resultados servirão para avaliar o subsistema de atenção à saúde indígena, visando o seu aperfeiçoamento; e é estratégico para o fortalecimento da linha de base do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional em implantação nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Concluiu sua fala, agradecendo a participação na Plenária do CONSEA e dizendo que a FUNASA, acima de tudo, é uma parceira de todos os presentes na reunião. Renato Maluf agradeceu o fato de a FUNASA estar nesta reunião, socializando as pesquisas aqui apresentadas. 2) Ricardo Ventura Santos (ENSP e UFRJ) informou que o Inquérito é baseado em um estudo transversal de base populacional nacional com representatividade macrorregional, conforme definição constante no edital: Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sul/Sudeste. Foram realizadas 6.707 entrevistas com mulheres, 6.285 crianças, em 5.277 domicílios e 113 aldeias. Informou que o desenho do Inquérito não permite falar de perfil nutricional da saúde de etnias específicas, mas sim partir de marco-regiões, posto que a logística e o custo de realizar uma pesquisa como essa seriam enormes. Ricardo Ventura considerou o Inquérito inovador, no sentido de que é uma das primeiras vezes no mundo que se tem um inquérito específico voltado para populações indígenas, de modo a mostrar desigualdades. E também ajuda a tirar os povos indígenas de uma situação de invisibilidade, do ponto de vista da saúde da população brasileira. Para a realização do estudo, foram elaborados 4 cadernos de questionários, com metodologias específicas, tendo como principais resultados: Aldeias/Comunidades - Produtos cultivados nas roças ou plantações domésticas indígenas, segundo macrorregiões. Domicílios - Destino predominante do lixo produzido pelos domicílios indígenas, Origem da água utilizada para beber nos domicílios indígenas, Fontes de renda dos domicílios indígenas e Fontes de alimentos referidas pelos domicílios indígenas, segundo macrorregiões. Mulher - Prevalências de pressão arterial alterada sugestiva de hipertensão arterial entre mulheres de 18 a 49 anos, Prevalência de anemia em mulheres indígenas não grávidas e grávidas por faixa etária e Distribuição das mulheres de 14 a 49 anos por categorias de IMC, segundo macrorregião. Crianças - Distribuição das crianças menores de 5 anos por macrorregião de acordo com presença de certidão de nascimento e local de nascimento, Distribuição das crianças menores de cinco anos por macrorregião de acordo com a incidência de diarreia na última semana, Proporção de crianças com déficit de estatura para idade ($< -2DP$) por macrorregião, padrão OMS, Prevalência de anemia em crianças com idade entre 6 e 59 meses de acordo com a macrorregião. O palestrante apresentou as considerações finais e as recomendações do Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, Brasil, 2008-2009. 5.2 Apresentação dos órgãos federais articulados pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN: 1) Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do



Índio (FUNAI) se pronunciou a cerca do papel da FUNAI em relação à questão nutricional dos povos indígenas. A FUNAI foi criada em 1967, em substituição ao Serviço de Proteção aos Índios - SPI, criado em 1910, tendo como missão coordenar o processo de formulação e implementação da política indigenista do Estado brasileiro, instituindo mecanismos efetivos de controle social e de gestão participativa, visando a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. Após a Constituição Brasileira de 1988, segundo o palestrante, observaram-se melhorias significativas nas condições de vida da população indígena brasileira. Com a Constituição de 88 se estabeleceu claramente um reconhecimento pelo Estado Brasileiro, da diversidade cultural e étnica da Nação Brasileira. Informou que em 1999 foi feita uma mudança no Sistema de Saúde Indígena, criando-se o Subsistema de Saúde Indígena, trazendo melhorias na qualidade de atenção à saúde dos povos indígenas brasileiros. Mencionou algumas políticas desenvolvidas, salientando que precisam ter uma característica de respeito à diversidade e às especificidades culturais dos povos indígenas no Brasil. E cabe à FUNAI acompanhar, fiscalizar e ajudar na formulação dessas políticas diferenciadas. Hoje, segundo estudos da FUNASA e FUNAI, na população aldeada chega a quase 600 mil. O palestrante chamou atenção para a importância do Plano Plurianual, posto que neste se pode e deve se estabelecer a maior conectividade, integração e articulação das políticas públicas. Apresentou um organograma do Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas. À FUNAI cabe a responsabilidade da execução de políticas específicas, que são basicamente voltadas à demarcação e regularização das terras indígenas. Disse que mais de 80% das terras indígenas foram reconhecidas e regularizadas após a Constituição de 1988. E quase 13% do território nacional são de terras indígenas, e que precisam ser bem conduzidas do ponto de vista da gestão territorial e ambiental. Márcio Meira chamou atenção para a questão da gestão participativa, que, segundo ele, todas as ações da FUNAI não teriam sentido se não houvesse a participação direta dos povos indígenas. Para garantir essa participação e a execução das políticas indigenistas, foi criada, no Brasil, em 2006, a Comissão Nacional de Política Indigenista, com caráter paritário entre Governo e indígenas. A FUNAI criou também os Comitês Regionais, que são espaço de participação direta dos indígenas, junto com a FUNAI e outros órgãos do Estado Brasileiro, no âmbito regional, com o objetivo de discutir a política indigenista geral daquela região. O objetivo da apresentação foi de mostrar, do ponto de vista da Saúde, que o papel da FUNAI é de supervisão mais ampla, de acompanhamento, de fiscalização e de promoção da possibilidade de articulação de políticas, atuando na forma de parceria, principalmente, para que as políticas possam ter sucesso, eficácia e eficiência cada vez mais. Ricardo Ventura Santos se ausentou da Plenária para cumprir outras agendas de trabalho. 2) Lylia Galetti, Coordenadora do Projeto Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas, do Ministério do Meio Ambiente, apresentou o Projeto Carteira Indígena. A apresentação foi feita no sentido de mostrar o que o Governo Brasileiro, através do Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, vem fazendo para apoiar a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas. Lylia fez uma breve explanação sobre o que é a Carteira e seus objetivos, que foram pactuados com representações indígenas, na Oficina Nacional de Trabalho da Carteira, em 2008. A Carteira tem a perspectiva de trabalho articulado entre instituições governamentais (FUNAI, MDA, FUNASA, EMBRAPA e CONSEA, CISI, Instituições de Ensino e Pesquisa, Prefeituras, Organizações Não Governamentais socioambientais e



indigenistas; PNUD e GTZ). Apresentou os diversos Projetos apoiados por região do Brasil. Fez uma avaliação das ações realizadas, baseadas em: a) Protagonismo e participação indígena, b) Valorização da auto-estima e cidadania dos povos indígenas, c) Autoria e respeito à perspectiva dos povos indígenas, d) Democratização do acesso a recursos públicos, e) Fortalecimento da capacitação dos povos indígenas, f) Habilidade em estabelecer parcerias institucionais e g) Efetividade das ações. Noticiou que o MMA tem contribuído financeiramente para a consolidação de políticas públicas e práticas de gestão ambiental e segurança alimentar. Lylia Galleti argumentou que as parcerias carecem ser mais formalizadas, e apresentou algumas dificuldades enfrentadas pela Carteira, como a dificuldade de gestão e execução geral, e outras. A grande contribuição da Carteira Indígena e do PDPI - Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas, e de outras ações do Ministério do Meio Ambiente, é transformar esse conhecimento e essa experiência numa Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas. Apresentou a agenda de trabalho da CI 2010-2011, e informou que em 2011 acabará o Projeto de Cooperação Internacional. E ainda, que existe uma ação no PPA do MDS, específica para Segurança Alimentar dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, que tem R\$ 6 milhões de Reais/ano. A palestrante informou que a Carteira Indígena propôs à FUNAI e ao Ministério das Relações Exteriores, que levassem à Organização do Tratado Amazônico um tema novo para a agenda de trabalho deles, que foi tratado na última reunião, que foi o tema da Segurança Alimentar e Nutricional Indígena, e foi muito bem aceito por eles. 5.3 Apresentação e encaminhamentos da CP 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas - Valéria Payé iniciou sua apresentação falando da importância de a CP6 estar debatendo o tema em pauta. E fez uma contextualização do debate da política indigenista no CONSEA. O Inquérito, para o povo indígena, segundo Valéria Payé, é importante porque ele traz, em alguns momentos, um comparativo com dados gerais. Contudo, ela salientou que para os povos indígenas, os dados apresentados é resultado de um levantamento muito ruim, pois em relação aos estudos gerais, eles são de 30 anos atrás. Destacou que o Inquérito comprovou pontos importantes que sempre foram reforçados pelos povos indígenas. Continuou fazendo outros destaques considerados preocupantes, como: a questão do gênero, saúde, nutrição e orçamento. A Conselheira considerou que esse deve ser o norte para o debate e orientações para as ações de políticas para os povos indígenas. Valéria apresentou as recomendações feitas pela CP6, considerando os resultados do Inquérito Indígena. 5.4 Debate e Encaminhamentos Finais. A Plenária se manifestou, fazendo suas observações e sugestões ao Inquérito, especialmente reconhecendo a importância do estudo, e salientando que o mesmo é bastante revelador da situação indígena, e considerou importante a presença dos palestrantes. Os convidados estrangeiros se despediram e se retiraram da Plenária. A Conselheira **Luana** Arantes mencionou a importância do etnodesenvolvimento e do acesso à terra para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas. Falou da importância de a FUNAI estar nesta reunião, e solicitou ao presidente Márcio Meira, a FUNAI estar oficialmente dentro do CONSEA e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Falou do pouco avanço do Programa de Aquisição de Alimentos. Mencionou que a produção do auto-consumo e do alto índice da fonte de renda, através da venda da produção mostra o grande potencial do Programa de Aquisição de Alimentos junto aos povos indígenas, contudo, houve pouco avanço do Programa. A Conselheira falou da dificuldade



do acesso, pelos povos indígenas, ao PAA. Informou que são distribuídas cestas básicas para 46 mil famílias indígenas em situação de insegurança alimentar. Essas famílias são escolhidas pela FUNAI e FUNASA. Anunciou que este ano será realizada a Oficina Nacional da Cesta de Alimentos. Um tema cobrado dos indígenas ao Comitê Gestor da Carteira Indígena é tornar programas demonstrativos, como a Carteira Indígena ser transformada em políticas públicas. A palavra retornou à Mesa, para as considerações finais dos palestrantes: 1) Márcio Meira respondeu às perguntas feitas pela Plenária: i) Disse que todas as recomendações incluídas no Documento, a FUNAI considera como extremamente positivas, inclusive os acréscimos sugerido pela Plenária, como a questão dos quilombolas. ii) Sobre a mudança operada na relação do Estado Brasileiro com os povos indígenas, disse que poderia se estender para outros setores e segmentos da população brasileira. iii) Com relação à questão da intersetorialidade, o palestrante disse que procurou mostrar um pouco do percurso feito pela FUNAI para construir uma política mais articulada de intersetorialidade. iii) Disse que por falta de um diálogo entre os diversos setores e órgãos, é difícil transformar projetos demonstrativos em políticas públicas. iv) Com relação à questão da alimentação tradicional, reiterou a importância de considerar a questão da alimentação tradicional como componente cultural das políticas diferenciadas. v) Com relação à questão da execução orçamentária, salientou que muitas vezes, dependendo do tipo de ação, existe uma dificuldade maior ou menor de execução. Dentre as dificuldades enfrentadas, citou a falta de pessoal no Órgão. vi) Com relação à questão da Assessoria Legislativa, informou que o Ministério da Saúde, FUNAI e FUNASA têm acompanhando, no Congresso Nacional, a aprovação da Medida Provisória 483, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena. Contudo, a aprovação da mesma tem enfrentado dificuldades, pois existem forças divergentes a vários temas nela constantes. Sugeriu que uma equipe do CONSEA também possa ir ao Congresso Nacional demonstrar apoio à criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena. vii) Sobre o convênio da FUNAI com a Embrapa, disse estar surpreso por saber que o convênio não teve resultados. Falou que vai verificar as condições do contrato, para que este se traduza em ações concretas. viii) Quanto à questão das terras indígenas, disse que concorda com o exposto pela Plenária e que a FUNAI tem como atribuição exclusiva a demarcação das terras, e a Fundação tem feito inúmeras demarcações em terras indígenas. Falou das dificuldades na execução dessa atividade. ix) Com relação ao etnodesenvolvimento, informou que a FUNAI criou uma Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento. x) Com relação à questão do Bolsa Família, disse que existe cerca de 60 mil famílias indígenas que recebem o Bolsa Família no Brasil, e o endereço para a entrega da Bolsa é a aldeia. Considerou a importância da discussão sobre o conteúdo do Bolsa Família, posto que os índios têm relacionamentos diferentes com o dinheiro. Márcio Meira se colocou à disposição do CONSEA para dar informações sobre políticas indigenistas. A FUNAI indicará um representante fixo ao CONSEA. 2) Rômulo Henrique da Cruz esclareceu que i) A FUNASA tem interesse sim em reverter a situação da saúde indígena no Brasil, tanto é que Inquérito mostra isso. ii) Sobre a SESAN, informou que a FUNASA tem como uma de suas missões o saneamento, inclusive o saneamento indígena. iii) Esclareceu que realmente existem dificuldades de fazer saúde indígena, no Brasil, contudo, a FUNASA está correndo atrás do prejuízo. iv) Avisou que tem um concurso em vistas de ser homologado, que teve uma aprovação de 802 servidores que vão para trabalhar na saúde indígena. v) Sobre o orçamento, disse que existe um problema sério de se gastar



dinheiro, dificuldades na quantidade de recursos, pessoas despreparadas e desestimuladas, sem um plano de cargos e salários. vi) Considerou extremamente importante a atuação efetiva da Embrapa para se fazer uma política de recuperação da segurança alimentar da população indígena. vii) Sobre as questões de cargos, o palestrante disse que existem brigas mesmo, o que considera que seja mais uma defesa até para que a instituição não acabe. viii) Sobre o saneamento, Rômulo Cruz considera fundamental para se mexer nas políticas públicas e na atenção básica dentro da aldeia. Disse que foi um prazer estar nesta Plenária do CONSEA. Renato Maluf se retirou da Plenária, e solicitou à Conselheira Marília Leão que o substituisse. 3) Lylia Galetti se posicionou sobre a fala da Plenária, dizendo que i) Com relação à execução orçamentária, no caso específico da gestão ambiental em terras indígenas, considerou o espelho que as pessoas acessam do Ministério do Planejamento complicado porque ele não diz o que foi contingenciado. Sendo assim, para dar uma satisfação ao CONSEA, informou que dos 100% dos recursos da ação de gestão ambiental para 2010, R\$ 208 mil Reais não estão contingenciados, mas não existem financeiramente, só orçamentariamente. ii) Lamentou que na discussão sobre etnodesenvolvimento houve um esvaziamento muito grande do próprio Governo, o que a Conselheira entendeu como uma dificuldade de acolhimento, pelo próprio CONSEA, da questão do etnodesenvolvimento. iii) Salientou que está não é a primeira vez que o tema da saúde indígena é tratado no CONSEA, mas a terceira vez. iv) Informou que o Ministério do Meio Ambiente tem um programa para a Amazônia Legal, que é o Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas. v) Noticiou que em 2004, quando a Carteira Indígena foi criada, os dados que se tinham era um estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional e INESC - Instituto de Estudos Socioeconomicos, que é chamado Mapa da Fome, mas que não revelava essa situação mais dramática de insegurança alimentar da Região Norte. Com a Carteira Indígena é que se pôde ter uma ação que atendesse todo o território nacional, no que diz respeito aos povos indígenas. vi) Solicitou incluir no Documento da CP6 um pedido à Agência Brasileira de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores, que aceite incluir os recursos do projeto da Carteira Indígena, que se encerra em setembro de 2010, para o projeto, também da Carteira, que terminará em 2011. vii) Informou que os outros programas que aparecem nas aldeias são programas que têm um volume de recursos infinitamente maior do que o da Carteira Indígena, como PAA, Merenda Escolar e iniciativas comunitárias da FUNASA. viii) Destacou o modelo de trabalho da Carteira. ix) Terminou sua fala desejando que o Documento apresentado seja aprovado e que o mesmo tenha força para começar a modificar as políticas, aprimorá-las e fortalecê-las. 4) Valéria Payé reforçou que todas as contribuições que vieram da Plenária serão incorporadas ao Documento. E falou da importância desta Plenária, da manifestação e participação dos presentes. 5) Esta Mesa foi encerrada com a manifestação de Crispim Moreira (SESAN/MDS), que começou cumprimentando CP6 pela iniciativa. Reforçou duas questões que podem incidir nas anotações da Exposição de Motivos: i) Financiamento público; ii) Intersetorialidade. Ressaltou a importância da territorialidade. Propôs que a CAISAN trate o tema aqui discutido. Sugeriu também a criação de uma Comissão Técnica, na CAISAN, a partir da Exposição de Motivos aqui produzida. Essa Comissão poderá ser composta pela FUNASA, FUNAI e CONSEA. Posteriormente serão recomendadas ao Presidente Lula ações que possam alcançar o aqui desejado por todos. Encaminhamentos Finais: Todas as sugestões e o relatório de recomendações da CP6 serão sistematizados na



forma de uma Exposição de Motivos, que será encaminhada ao Presidente da República e aos órgãos correlacionados ao tema. 6. 16h30 - Encaminhamentos das instâncias: 1) Comissão Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do Sisan / Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional - Silvia do Amaral Rigon apresentou ao Plenário dois temas considerados importantes, contudo, não foi possível tratá-los na reunião das Comissões: i) A Bayer S.A solicitou à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio que retirasse temporariamente de pauta o pedido de liberação comercial do arroz transgênico (Arroz LibertyLink Evento LLRice62). A Conselheira informou que os movimentos e organizações sociais acham oportuno uma manifestação dos diferentes segmentos à CTNBio no sentido de mostrar uma posição contrária à liberação do plantio do arroz transgênico no Brasil. Destacou que a Embrapa é contrária à liberação comercial do plantio de arroz transgênico. Sugeriu que o CONSEA discuta a possibilidade de se fazer uma manifestação pública também de sua posição contrária à CTNBio, e também circular uma nota pública, que auxiliará na pressão pela não liberação do arroz, caso a Bayer volte a insistir na liberação. ii) Sugeriu que o CONSEA manifeste publicamente sua posição contrária ao substitutivo do Código Florestal, em função de que isso ameaçará a Segurança Alimentar e o meio ambiente. Encaminhamento: O CONSEA publicizará um documento informando que está acompanhando e se posicionando contrariamente às duas questões apresentadas. 2) Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento - Silvino Heck informou que foram tratadas na Comissão as questões do Código Florestal e do arroz transgênico, e outros temas como: solicitar agilidade no Programa Mais Ambiente. Solicitou que Renato Maluf encaminhe uma posição do CONSEA ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da FAO, sobre as Diretrizes Voluntárias para uma Governança Responsável sobre a Terra. Para tanto, propôs a criação de um grupo, composto por Maria Emília, Edécio Vigna, MDA e organizações que participam do CONSEA para tratar o assunto. Disse também ser necessário fazer uma consulta ao Fórum da Reforma Agrária e Justiça no Campo, envolvendo as CPs 5 e 6, e que o debate seja ampliado em 2011. 3) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada - Elisabetta Recine propôs ao CONSEA a aprovação de uma Exposição de Motivos, solicitando ao Governo Brasileiro a assinatura do Protocolo Facultativo do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e do fortalecimento do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. Foram lidas as recomendações da EM. Encaminhamento: a proposta de EM foi aprovada pela Plenária. 4) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais – *(Não houve manifestação)*. 5) Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas – *(Não houve manifestação)*. 6) Grupo de Trabalho Internacional - Kathleen S. Oliveira informou que foi discutida e aprovada no GT Internacional uma recomendação para que o Comitê de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO tenha como um dos seus membros permanentes o Comitê Permanente de Nutrição das Nações Unidas. Passou-se à leitura das recomendações do Documento. Encaminhamento: a proposta de recomendação foi aprovada pela Plenária. 7) Grupo de Trabalho Abastecimento - Carmem Priscila Bocchi informou que foi discutido no GT Abastecimento a realização de um seminário sobre a Política de Abastecimento. O seminário seria uma iniciativa do CONSEA, e organizado pela CONAB, SESAN, SAF e



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



CONSEA, que será realizado nos dias 14 e 15 de setembro/2010. O objetivo do seminário é a atualização do Documento da Política de Abastecimento, elaborado há 5 anos. 8) Marília Mendonça Leão reforçou o informe de que o Grupo de Trabalho Monitoramento realizará um seminário, nos dias 11 e 12 agosto/2010, em Brasília, para discutir os Indicadores e o Relatório sobre o Monitoramento da Realização do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. 9) O Grupo de Trabalho da Emenda Constitucional registrou que as memórias das discussões serão encaminhadas aos participantes do CONSEA posteriormente. 10) Será divulgada a posteriori a campanha da regulação de publicidade de alimentos feita pela ANVISA. 7. 17h30 – Encerramento - Marília Mendonça Leão agradeceu a todos pela presença nesta reunião, e desejou bom retorno a todos.

Renato Maluf
Presidente

Márcia Lopes
Secretária



**LISTA DE PRESENÇA DA ATA DA XVII REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSEA NACIONAL
1º de JULHO de 2010**

SOCIEDADE CIVIL

Aldenora Pereira da Silva
Ana Lúcia Pereira
Antônio Ricardo Domingos da Costa
Daniela Sanches Frozi
Elza Maria Franco Braga
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Gleyse Maria Couto Peiter
Irio Luiz Conti
Ivo da Silva
José Ribamar Araujo e Silva
Kátia Regina de Abreu
Lino de Macedo
Maria das Graças Apolinário
Maria do Socorro Teixeira Lima
Maria Emília Pacheco
Marília Mendonça Leão
Naidison de Quintelle Baptista
Pedro Makumbundu Kitoko
Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira
Regina da Silva Miranda
Renato Sérgio Jamil Maluf
Rosane Bertotti
Sandra Maria Chaves dos Santos
Sílvia do Amaral do Rigon
Sinei Barreiros Martins
Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade
Suzana Costa Coutinho
Ingrid Odette Sanabina
Lilian
Carlos
Cloribel
José Luiz Jimenez
Dora Afa
Irene Lungo
Oridio Ortiz
Winston Canqui



Delnny

SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL

Carla Bencke
Carmem Helena Ferreira Foro
Dulce Terezinha Oliveira da Cunha
Edécio Vigna
Elisabetta Recine
Helio Braga de Freitas
Lívia Beatriz Siqueira Rosa Bento

REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL

Jalen José de Oliveira – Secretaria de Recursos Humanos

OBSERVADORES

Talher Nacional – Meiry Andrea Borges David
Oxfam Internacional – Nathalie Beghin/Marcio Pontual
Heifer do Brasil – Olga L. Matos
Actionaid Brasil – Rosana Heringer/Avanildo Duque
Assessoria Especial da Presidência da República – Silvino Heck
Consea MA/SEDES/SUSAN – M^a Valdinê M Milhomen/Claudia Patrícia Silva Pimentel.

CONVIDADOS

Alyson
Danielle Cancela Cronemberguer
Emilia Botelho

REPRESENTANTES DOS MINISTROS

Ana Beatriz Pinto de Almeida Vascocellos – Ministério da Saúde.
Ana Luiza Oliveira Champloni – Ministério da Fazenda
Arnoldo Anacleto de Campos – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Carlos Frederico Kohler – Ministério do Trabalho e Emprego
Elcione Diniz Macedo – Ministério das Cidades
Joe Carlo Viana Vale – Ministério da Ciência e Tecnologia
Márcia Regina Sartori Damo – Ministério da Integração Social



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



Ronaldo Jorge Rodrigues – Secretaria Especial de Política de Promoção
de Igualdade Racial
Roseli Bueno de Andrade – Ministério da Pesca